CONDIÇÕES GERAIS

Art. 1 - O seguro é regulado pelas presentes Condições Gerais, para efeitos de definição e fixação da duração da cobertura e sem prejuízo da aplicação da lei italiana, e pelas cláusulas e condições dos anexos que o Tomador do Seguro declara conhecer.

Art. 2 - DECLARAÇÕES RELATIVAS ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DE RISCO (INEXATIDÕES E OMISSÕES)
A Empresa dá o seu consentimento para a obtenção do seguro e fixa o prémio com base nas declarações do Tomador do Seguro e/ou do Segurado, que são obrigados a declarar, tanto no momento da formalização do contrato como em qualquer momento posterior, todas as circunstâncias e alterações que possam afetar o risco e a sua avaliação. **Em caso de omissão e inexatidão nas declarações do Tomador do Seguro e do Segurado relativamente a quaisquer circunstâncias que influenciem a avaliação do risco, tal pode implicar a perda total ou parcial do direito à indemnização, bem como a anulação do seguro, nos termos dos artigos 1892º, 1893º e 1894º do Código Civil italiano.**

Em especial, o Tomador do seguro e/ou o Segurado devem declarar:

- a) se as mercadorias pertencem à categoria de inflamáveis, explosivos, perigosos ou perecíveis;
- b) se as mercadorias se encontram em transbordo ou em devolução, com indicação do local de origem e da data de chegada;
- c) se está prevista a inclusão de cláusulas que impliquem a isenção ou a limitação da responsabilidade do transportador, para além das disposições legais ou das convenções internacionais aplicáveis;
- d) o nome do navio para efeitos do artigo 523º do Código de Navegação;
- e) se o carregamento no convés foi autorizado, exceto no caso de mercadorias declaradas para transporte em navios, ferrys e/ou;
- f) ferrys Ro-Ro, ou em contentores em navios especialmente equipados;
- g) se está previsto que a viagem seja realizada por transbordo.

Art. 3 - CONDIÇÕES DE SEGURABILIDADE RELATIVAS À EXECUÇÃO DO TRANSPORTE
O seguro é celebrado na condição de que o transporte, no caso de uma viagem marítima, seja efetuado por embarcações conformes à Cláusula de Classificação ou a qualquer cláusula estrangeira análoga contida no presente contrato. A Empresa não será responsável por sinistros nos quais o Segurado tenha tido culpa na utilização do meio de transporte, se este tiver autoridade para o fazer, ou na escolha do meio de transporte ou do transportador, transitário ou outro intermediário, quando o transporte tiver sido delegado a terceiros.

Art. 4 - PAGAMENTO DO PRÉMIO E DATA DE ENTRADA EM VIGOR DO CONTRATO

- Omitido -

Art. 5 - ELIMINAÇÃO DO CONTRATO E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES

- Omitido -

Art. 6 – CO-SEGURO

-Omitido-

Art. 7 - SEGURO COM DIFERENTES SEGURADORAS

No caso de vários seguros distintos terem sido subscritos para segurar o mesmo risco - também por diferentes Tomadores de Seguro - junto de diferentes Seguradoras, é aplicável o artigo 1910º do Código Civil.

Art. 8 - AGRAVAMENTO DO RISCO

O Tomador do Seguro ou o Segurado deve comunicar à Empresa, por escrito, qualquer agravamento do risco. O agravamento de um risco não conhecido ou não aceite pela Sociedade pode implicar a perda total ou parcial do direito à indemnização, bem como a anulação do seguro nos termos do art. 1898º do Código Civil.

Art. 9 - DIMINUIÇÃO DO RISCO

Em caso de diminuição do risco, a Sociedade é obrigada a reduzir o prémio, ou as frações do prémio, a partir do momento em que o Tomador do Seguro ou o Segurado lhe tenha comunicado a diminuição do risco, nos termos do art. 1897º do Código Civil italiano, e renunciado ao seu direito de resolução. No entanto, no caso de o Tomador do Seguro estar sujeito à aplicação de um prémio mínimo, o montante pago pelo Tomador do Seguro para a anuidade em curso será considerado como uma compra pela Empresa e quaisquer prestações de prémio subsequentes permanecerão inalteradas.

Art. 10 - IMPOSTOS

Os impostos presentes e futuros, e todos os demais encargos, incluindo os impostos fiscais estabelecidos por lei ou de

acordo com a Apólice, relacionados com o prémio, prémios complementares e outros atos que deles dependam, são da exclusiva responsabilidade do Segurado, mesmo que a Empresa tenha adiantado o seu pagamento.

Art. 11 - FRANQUIA

Em caso de reclamação, a Empresa paga a indemnização fixada de acordo com o estabelecido na Apólice, uma vez deduzida a franquia e com o mínimo nela indicado. **Tanto a franquia como o mínimo ficam a cargo do Segurado, sem que este tenha a possibilidade de os segurar junto de terceiros, sob pena de perder o direito à indemnização.**

Art. 12 - RECLAMAÇÕES

Para efeitos de limitação das importâncias seguras e da aplicação das franquias previstas na Apólice, todos os danos causados por um mesmo incidente ou por uma série de incidentes direta ou indiretamente imputáveis à mesma causa serão atribuídos à mesma reclamação.

Art. 13 - RECLAMAÇÕES - EXAGERO INTENCIONAL DOS DANOS

Perde o direito a qualquer indemnização o Tomador do Seguro ou o Segurado que exagere intencionalmente o valor do dano, que declare como destruídas ou roubadas coisas que não existiam no momento do sinistro; que oculte, remova ou altere as coisas guardadas; que utilize meios enganosos ou documentos fraudulentos para o justificar; que altere maliciosamente os vestígios e restos do sinistro ou que facilite a sua ocorrência.

Art. 14 - INTERPRETAÇÃO DO TEXTO DA APÓLICE

A presente Apólice, os seus anexos e alterações, que são parte integrante da mesma Apólice, são considerados como um único contrato, e as palavras e expressões às quais tenha sido atribuído um significado particular em qualquer parte da Apólice, dos anexos e alterações mantêm o mesmo significado particular onde quer que apareçam.

Art. 15 - REGRAS APLICÁVEIS EM CASO DE RECLAMAÇÃO

DETERMINAÇÃO E INDEMNIZAÇÃO DOS DANOS

O Tomador do Seguro e/ou o Segurado, a pedido das Seguradoras, são obrigados a fornecer todos os elementos que servem de base à determinação do valor seguro, bem como os documentos que servem para o comprovar.

OBRIGAÇÕES EM CASO DE RECLAMAÇÕES

Em caso de Reclamação, o Tomador do Seguro e/ou o Segurado devem:

- logo que deles tenham conhecimento, notificar a Seguradora de todas as informações e novidades relacionadas com o sinistro;
- fazer as devidas reservas nos documentos de entrega dos bens e apresentar, nas condições e segundo as modalidades previstas na legislação aplicável, uma reclamação escrita ao transportador e a qualquer outra pessoa que tenha estado na posse dos bens até ao momento da entrega;
- solicitar sem demora, eventualmente também durante o transporte e, em qualquer caso, o mais tardar no momento da entrega no destino, a intervenção do perito ou do inspetor designado pela Seguradora. A verificação dos danos será efetuada, se necessário, através de um relatório de peritagem, na medida do possível, em conjunto com o transportador e com qualquer outra pessoa que tenha responsabilidades na matéria; em caso de transporte ferroviário ou postal, será elaborado um relatório com o acordo das autoridades competentes.

Se os danos tiverem de ser verificados num local onde a Seguradora não tenha um perito ou avaliador nomeado, deve ser solicitada a intervenção de outro perito ou avaliador qualificado, da autoridade consular italiana ou, na sua ausência, das autoridades locais competentes.

Se o dano não tiver sido reconhecido no momento da entrega, as obrigações referidas no presente artigo devem ser cumpridas logo que o dano tenha sido verificado e, em qualquer caso, nas condições previstas para as reclamações no âmbito do contrato de transporte.

No que respeita a fazer todos os possíveis para evitar ou reduzir o dano:

- o Segurador pode tomar qualquer iniciativa direta nesse sentido, sem prejuízo dos respetivos direitos e sem que a sua intervenção afete a situação jurídica do bem;
- tendo em conta as disposições legais e contratuais, serão tomadas todas as medidas necessárias para salvaguardar o direito de sub-rogação contra qualquer parte responsável;
- tomar todas as medidas consideradas necessárias ou aconselháveis pela Seguradora, que assume todos os encargos e responsabilidades;
- abster-se de liquidar e/ou cobrar qualquer indemnização sem o prévio consentimento escrito da Seguradora;
- fornecer à Seguradora qualquer documento útil e satisfazer qualquer outro pedido que lhe seja dirigido pela Seguradora nos termos dos números anteriores.

Em caso de incumprimento das obrigações acima referidas, são aplicáveis os artigos 1915º e 1916º do Código Civil Italiano.

PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES

O pagamento das indemnizações será efetuado, contra a entrega de um recibo, quando o Segurado tiver:

- demonstrado a sua legitimidade para obter o pagamento da indemnização e, em relação ao seguro de viagem, quando tiver apresentado o original da apólice ou do certificado de seguro;
- indicar se foram subscritos outros seguros para os mesmos bens e quais;
- A Seguradora entregará os documentos de transporte, o certificado de danos, o relatório pericial e qualquer apreciação relativa à avaliação dos danos elaborada pelo perito de avarias ou por outras pessoas ou autoridades indicadas no artigo "Obrigações em caso de Reclamação" e, se tal lhe for solicitado pela Seguradora, qualquer outro documento útil para a verificação das circunstâncias da Reclamação;
- entregar, a pedido da Seguradora, a restante documentação necessária para poder exercer o direito de sub-rogação;
- apresentar a fatura e outros documentos originais que comprovam o valor reembolsável dos bens, em conformidade com o artigo "Valor reembolsável".

CONDIÇÕES ADICIONAIS

Art. 1 TOMADOR DA APÓLICE

-Omitido-

Art. 2 BENS SEGURADOS

O objeto da presente garantia são os envios de bens abrangidos pelos serviços "MBE Safe Value" e/ou "MBE Safe Value 4 Business" e/ou "MBE Safe Value Art", prestados pelo Tomador do Seguro através dos seus franqueados, tal como descrito mais detalhadamente nas Secções correspondentes da Apólice.

Art. 3 BENS EXCLUÍDOS

Ver as secções correspondentes do contrato.

Art. 4 ÂMBITO GEOGRÁFICO

A presente apólice é válida para as expedições e os transportes efetuados em países de todo o mundo, **com exceção das expedições e dos transportes efetuados para, a partir de, através de ou no interior dos:**

1. Países e territórios sancionados que estão sujeitos à cláusula de limitação e exclusão JC 2010/014, tal como consta da cláusula em anexo;
2. Os seguintes países: Cuba, Síria, Coreia do Norte, Irão e Crimeia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Federação da Rússia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguizistão, Moldávia (incluindo a Transnistria), Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Usbequistão;
3. os seguintes países: Afeganistão, Burundi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Eritreia, Iraque, Líbano, Líbia, Mali, Myanmar, Nicarágua, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Venezuela, Iémen, Zimbabué;
4. locais e países que, no momento do início do transporte, tenham um nível de risco classificado pelo menos como "muito elevado" e/ou superior (como grave e/ou extremo) no sítio Web https://watchlists.ihsmarket.com/services/watchlistinspector.aspx?watchlist_id=a661e336-c342-4965-b1e7-70980edf8cc 2 gerido pela organização de Análise Exclusiva.

Sem prejuízo dos limites estabelecidos na Cláusula de limitação e exclusão JC 2010/014, em anexo, para os seguintes países:

- os países mencionados no ponto 3
- locais e países que, no momento do início do transporte, apresentem um nível de risco classificado, pelo menos, como "muito elevado" e/ou superior (como grave e/ou extremo) no sítio Web https://watchlists.ihsmarket.com/services/watchlistinspector.aspx?watchlist_id=a661e336-c342-4965-b1e7-70980edf8cc 2 gerido pela organização de Análise Exclusiva.

Desde que os países mencionados não estejam incluídos nos países sujeitos à Cláusula de Limitação e Exclusão JC 2010/014 referida no ponto 1 e/ou na lista prevista no ponto 2, o cliente tem o direito de solicitar a cobertura - antes do início do risco - para transportes e/ou envios individuais que, em última análise, permanecerão cobertos com base nos termos e condições a acordar periodicamente.

Art. 5 CONDIÇÕES DE COBERTURA

A cobertura é efetuada de acordo com as Condições Gerais da Apólice, constituídas pelas cláusulas seguintes:

- **TERRESTRE**
 - Institute Cargo Clauses (A) ed. 1.1.2009
 - Instituto das Cláusulas de Greve (Cargo) ed. 1.1.2009;
 - Institute War Clauses (Cargo) ed. 1.1.2009 (limitado a envios via navios ferry).
- **AEROPLANOS**
 - Institute Cargo Clauses (A) (excluindo envios por correio) ed. 1.1.2009;
 - Instituto das Cláusulas de Greve (Air Cargo) ed. 1.1.2009;
 - Instituto de Cláusulas de Guerra (Air Cargo) (excluindo envios por correio) ed. 1.1.2009 (excluindo o transporte terrestre).
- **MARITTIMO**
 - Institute Cargo Clauses (A) ed. 1.1.2009;
 - Institute Strikes Clauses (Cargo) ed. 1.1.2009;
 - Institute War Clauses (Cargo) ed. 1.1.2009 (excluindo o transporte terrestre).

As seguintes cláusulas anexas fazem parte integrante do presente documento:

- Institute Radioactive Contamination, Chemical, Biological, Bio-Chemical and Electromagnetic Weapons Exclusion Clause Ed. 10.11.2003;
- Institute Classification Clause ed. 1.1.2001 e respetiva tabela de sobretaxas de antiguidade do navio
- Marine Cyber Endorsement LMA 5403 Ed. 11/11/2019
- Cargo ISM Endorsement
- Termination of Transit Clause (Terrorism)
- Sanction Limitation Exclusion Clause JC2010/014
- Communicable Disease Exclusion Clause JC2020/011

Art. 6 MEIOS DE TRANSPORTE E LIMITES DE COBERTURA

Ver as secções correspondentes da Apólice.

Art. 7 FRANQUIA

Ver as secções correspondentes da Apólice.

Art. 8 MONTANTE SEGURADO

O montante segurado é estabelecido tendo em conta os seguintes elementos:

No caso de bens novos (ou seja, todos os bens que tenham sido expedidos na sua embalagem original e adquiridos nos três meses anteriores à expedição):

- valor indicado na fatura de venda; ou
- recibo do bem adquirido e remetido através da MBE; ou
- uma declaração do valor do bem acompanhada de uma lista oficial de preços de venda; ou
- valor declarado num formulário específico preenchido e assinado pelo cliente (até 4 000 euros) - **Ver Anexo I.**

No caso dos bens em segunda mão:

- valor comercial do objeto no momento do sinistro.

A estes valores serão acrescidos os custos de embalagem e de envio suportados pelo cliente, que a MBE deverá comprovar. O montante total obtido (valor declarado da mercadoria, custos de embalagem e custos de envio) está totalmente coberto por esta cobertura. Os valores declarados não são iguais ao valor acordado.

O acima exposto, salvo disposição em contrário na Secção relevante da Apólice.

Art. 9 EMBALAGEM

Uma vez que o franqueado se compromete, também em nome e por conta do Segurado, a embalar o bem segurado entregue pelo cliente com o devido cuidado e diligência, tendo em conta o tipo de mercadoria, o meio de transporte utilizado e o seu destino, a própria embalagem, tal como atualmente preparada pelo franqueado para expedição, é considerada aceite pela Empresa. Isto aplica-se igualmente às embalagens profissionais já preparadas pelos clientes da "Empresa" do franqueado.

Os objetos entregues já embalados pelo utilizador não estão sujeitos a esta cobertura, salvo se a embalagem for de natureza profissional.

O acima exposto, salvo disposição em contrário nas secções correspondentes da Apólice.

Art. 10 BENS EM SEGUNDA MÃO / BENS USADOS

A cobertura exclui qualquer dano pré-existente ou não especificamente imputável a um incidente ocorrido no transporte durante a vigência da apólice, bem como qualquer dano devido a desgaste, amolgadelas, riscos, lascagem, decapagem, ferrugem, oxidação ou danos de carácter estético que não comprometam a funcionalidade dos bens.

Art. 11 MERCADORIAS DEVOLVIDAS

São cobertas todas as "mercadorias devolvidas", desde que sejam devolvidas na sua embalagem de origem e/ou numa embalagem equivalente. É de notar que por mercadoria devolvida entende-se apenas a carga (segurada ao abrigo do presente contrato) que chega devidamente ao seu destino e que é recusada e/ou devolvida ao remetente por qualquer motivo.

Art. 12 OPERAÇÕES DE "CARGA E DESCARGA"

As operações de carga e descarga de/para o meio de transporte estão cobertas desde que sejam efetuadas com os meios adequados. Por "carga" entende-se a operação de elevação das mercadorias para as colocar no meio de transporte em causa e por "descarga" a operação exatamente inversa.

Art. 13 NOTIFICAÇÃO DE RISCOS - REGISTOS

Ver as secções correspondentes da Apólice.

Art. 14 TAXA APLICÁVEL

-Omitido-

Art. 15 REAJUSTAMENTO DO PREÇO MÍNIMO E DO PRÉMIO

-Omitido-

Art. 16 CLÁUSULA FERRYS

As Partes acordam que, quando os camiões se encontrem a bordo de ferrys em serviço entre os portos dos Compartimentos Marítimos Italiano e Europeu, bem como na bacia do Mediterrâneo (se tal estiver previsto na cobertura), fica garantida a cobertura dos Bens Segurados carregados a bordo desses camiões, de acordo com as condições da presente Apólice, incluindo o risco de encalhe e/ou remoção do mar.

Art. 17 CARREGAMENTO NO CONVÉS

No que respeita ao transporte marítimo ou fluvial, em derrogação parcial e em complemento do disposto no Art. 8 das Condições Gerais, em caso de carregamento no convés de mercadorias fora de contentores sem o conhecimento do Segurado, a cobertura será concedida nos termos estipulados nas cláusulas do Institute Cargo Clauses (C) ed. 1.1.2009, com inclusão do risco de roubo, não entrega e extravio, bem como do risco de arremesso e/ou remoção da mercadoria do mar, sem prejuízo, no caso de serem mais limitadas, das condições de cobertura inicialmente acordadas.

A limitação acima referida não se aplica no caso de transporte por navios porta-contentores e/ou ferrys e/ou ferrys Ro-Ro.

Art. 18 AVARIA GROSSA

As contribuições provisórias por avaria grossa são reembolsadas pela Empresa na proporção e dentro dos limites do capital seguro, mediante apresentação dos comprovativos de depósito devidamente visados pelo depositante. A Empresa compromete-se a indemnizar o Segurado pela contribuição de avaria grossa devida por este último com base numa regulamentação específica feita em conformidade com a lei, o contrato de transporte ou a alfândega do porto de destino, desde que o ato avaria grossa tenha tido por objetivo evitar danos que possam ser objeto de indemnização ao abrigo da presente apólice. A validade da presente cláusula não implica, em caso algum, um aumento do capital seguro. Assim, no caso de o capital seguro, deduzido do montante do dano particular assumido pela Empresa, ser inferior ao valor da contribuição, a indemnização será reduzida proporcionalmente. Para o ajustamento ou pagamento da contribuição expressa numa moeda diferente à da apólice, será aplicada a taxa de câmbio em vigor no local e no dia do embarque.

Art. 19 NÃO REALIZAÇÃO DA VIAGEM

A Empresa não será responsável, em caso algum, por qualquer perda, dano ou despesa sofrida ou incorrida pelo bem segurado em consequência da não realização da viagem programada ou do impedimento ou alteração da mesma devido a detenções, desqualificações, disposições restritivas e quaisquer ações de Governos, Autoridades ou povos.

Art. 20 DANOS NA EMBALAGEM

Em caso de danos cobertos pela apólice em rótulos, cápsulas, caixas, estojos, invólucros ou outro material que constitua a embalagem dos bens seguros, sem que daí resulte qualquer dano para o produto, a Empresa apenas indemnizará o montante relativo ao custo da nova embalagem, até ao limite máximo do valor seguro.

Art. 21 DETERMINAÇÃO DOS DANOS

Sem prejuízo do disposto nos artigos 10º e seguintes das Condições Gerais, o Segurado é obrigado a

- solicitar que, em caso de sinistro grave, a sociedade **AIG EUROPE S.A.**, cuja representação geral para a Itália se encontra em Milão, Piazza Vetra 17, telefone 02/36901 e correio eletrónico: denunce.marine@aig.com, seja imediatamente informada por telefone ou por escrito, a fim de que possa providenciar a intervenção do seu próprio Perito de Avarias no local do sinistro;
- tomar todas as medidas necessárias para evitar ou reduzir os danos;
- não proceder, exceto para proteger as mercadorias ou por razões justificadas, a alterações no estado do veículo e da carga antes da intervenção do Inspetor de Avarias ou do perito designado pela Empresa.

De igual modo, o Segurado deverá efetuar todas as diligências necessárias para a verificação dos danos, proteger e salvaguardar os direitos da Empresa, permitir a determinação dos bens danificados, disponibilizar todos os documentos comprovativos da existência, tipo e valor dos bens seguros, bem como salvaguardar os direitos de sub-rogação contra qualquer responsável. Em caso de furto ou roubo com violência, o Segurado, ou quem atue em seu nome, deve comunicar imediatamente o facto às autoridades competentes, descrevendo

detalhadamente os factos e os elementos úteis para a identificação e quantificação dos bens, os dados pessoais do condutor, seus acompanhantes e eventuais testemunhas, bem como a existência e eventual acionamento de equipamentos antirroubo ou outros sistemas de proteção, e obter cópia do auto de notícia.

Art. 22 NOMEAÇÃO DO GESTOR

As Partes acordam em delegar a gestão de reclamações na seguinte empresa:

- **Lercari S.r.l.**

Art. 23 ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Se, após um sinistro, as autoridades competentes derem início a uma investigação judicial dos factos que estiveram na origem do sinistro, a Empresa não fará uso do direito de diferir a indemnização do dano até à apresentação do documento de encerramento da investigação.

Não obstante, o exposto acima não se aplica se for considerado justificado que o sinistro tenha sido causado com dolo do Tomador do Seguro e/ou do Segurado, bem como por traição e/ou conduta dolosa dos que dele dependam.

O Segurado compromete-se a fornecer a referida documentação de encerramento do inquérito logo que esta seja disponibilizada pelas autoridades e a reembolsar a Empresa do montante pago em caso de confirmação de tal comportamento fraudulento.

Art. 24 BENS FATURADOS EM MOEDA

Em caso de danos nos bens seguros que sejam vendidos/comprados em moeda estrangeira, estes serão indemnizados em Euros pelo valor equivalente no dia da emissão da fatura.

O seguro em moeda estrangeira é permitido desde que o prémio correspondente seja pago na mesma moeda.

Art. 25 AGRAVAMENTO DO RISCO - BOA FÉ

A não declaração pelo Tomador do Seguro de uma circunstância agravante do risco, bem como qualquer erro e/ou omissão e/ou comunicação tardia, não intencional ou involuntária, cometida pelo Tomador do Seguro ou pelas pessoas por quem ele seja legalmente responsável, ou pelos seus administradores e/ou diretores, não afetam o seguro.

O Tomador do Seguro fica obrigado a pagar à Empresa o prémio acrescido calculado proporcionalmente ao agravamento do risco daí resultante, com efeitos a partir do momento em que a circunstância agravante se verificou e ainda que o risco tenha entretanto cessado.

Art. 26 SUB-ROGAÇÃO

O direito de sub-rogação contra Terceiros exerce-se nos termos estabelecidos pelas Leis e/ou Convenções Nacionais e Internacionais aplicáveis, e obriga o Tomador do Seguro, tendo em conta o disposto nas cláusulas legais e contratuais, a tomar todas as medidas necessárias para salvaguardar o referido direito de sub-rogação contra terceiros responsáveis.

Art. 27 ABANDONO

O Segurado, apenas em caso de sinistros ocorridos durante uma travessia marítima, aérea ou fluvial, e que estejam cobertos por força da apólice, pode abandonar os bens a favor da Seguradora e reclamar a indemnização por perda total nos casos previstos, respetivamente, nos artigos 541º e 1007º do Código da Navegação.

Art. 28 LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO

O Valor Segurado representa o limite máximo da indemnização devida pela Seguradora, para além das compensações dos seus peritos ou inspetores de avarias (que são reembolsáveis desde que os danos sejam suportados pela Seguradora).

As despesas extraordinárias que não tenham sido efetuadas de forma irrefletida com o objetivo de evitar ou reduzir os prejuízos da Seguradora são reembolsadas pela Seguradora, salvo se forem admissíveis como avaria grossa, na proporção do capital seguro e também para além deste. Nos casos acima referidos, mediante acordo prévio com a Seguradora, incluem-se também as despesas de devolução dos bens na sequência de um sinistro indemnizável ao abrigo da presente Apólice.

Art. 29 INSPECÇÕES DA EMPRESA

Fica acordado que a Seguradora tem o direito de, a qualquer momento, sempre durante as horas de expediente, proceder a inspeções e verificações de todos os registos e documentos do Tomador do Seguro que possam ser relevantes para garantir a cobertura do Seguro.

Art. 30 DURAÇÃO DO CONTRATO - RENOVAÇÃO TÁCITA

-Omitido-

Art. 31 CANCELAMENTO DO CONTRATO

-Omitido-

Art. 32 CANCELAMENTO DA COBERTURA DE RISCOS DE GUERRA E DE GREVE

Relativamente à cobertura dos riscos de guerra e/ou greve, as Seguradoras podem libertar-se do seu compromisso a qualquer momento, mediante um pré-aviso de sete dias, exceto no que se refere aos envios de e para os Estados Unidos da América, em que esse pré-aviso será de apenas 48 horas. Os prazos de pré-aviso começam a contar a partir do envio da comunicação correspondente, que deve ser feita por carta registada ou correio eletrónico certificado.

Este compromisso de risco de greve terminará automaticamente 48 horas após o início da guerra, independentemente de haver ou não uma declaração oficial de guerra, entre pelo menos dois dos seguintes países: Reino Unido, Estados Unidos da América, França, Federação da Rússia e República Popular da China. Consequentemente, decorridas as referidas 48 horas, os sinistros subsequentes não serão segurados para riscos de guerra e/ou greve, não sendo a Seguradora obrigada a comunicar ao Tomador do Seguro/Segurado a anulação da cobertura dos mesmos.

Art. 33 EXCLUSÃO DO RISCO DE GUERRA EM CASO DE GUERRA ENTRE AS CINCO POTÊNCIAS

Este Artigo exclui as perdas, danos, responsabilidades ou despesas resultantes da eclosão de uma guerra (com ou sem declaração de guerra) entre, pelo menos, dois dos seguintes países: Reino Unido, Estados Unidos da América, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, Federação da Rússia e República Popular da China.

Art. 34 LEI APLICÁVEL

O presente contrato e todos os seus anexos são regulados pela lei italiana e estão sujeitos à jurisdição italiana.

Art. 35 DISPOSIÇÕES LEGAIS

Em todas as matérias não mencionadas na presente Apólice, as partes contratantes submetem-se às disposições do Código Civil e das leis complementares da República Italiana.

Art. 36 JURISDIÇÃO

As partes estabelecem expressamente, nos termos e para os efeitos do art. 28º do Código Civil italiano, que em caso de litígio decorrente da execução ou interpretação do presente contrato, ou que esteja estritamente relacionado com o mesmo, o Tribunal de Milão é o tribunal territorialmente competente.

Art. 37 CO-SEGURO

-Omitido-

Art. 38 INTERMEDIÁRIO

- Omitido-

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SECÇÃO I - MBE SAFEVALUE

Em caso de divergência com as Condições Gerais da Apólice ou com as Cláusulas impressas anexas ao presente contrato, prevalecem as seguintes Condições Especiais.

A cobertura é concedida de acordo com as declarações do Tomador do Seguro, que deve comunicar todas as circunstâncias que possam afetar a avaliação do risco.

PREMISSAS

-Omitido-

Art. 1 BENS SEGURADOS

A presente secção da Apólice aplica-se a todos os bens para os quais não exista outra cobertura de seguro e para os quais o cliente tenha subscrito o serviço "MBE Safe Value", que consiste no seguinte

- recolha e entrega da mercadoria nas instalações do cliente ou nos centros MBE (franqueados)
- preparação da embalagem, caso a embalagem profissional não tenha sido efetuada;
- garantia;
- expedição.

Art. 2 MERCADORIAS EXCLUÍDAS

Salvo acordo expresso em contrário das partes antes do início do transporte, estão excluídas as seguintes mercadorias

- moedas e selos com curso legal;
- plantas e animais vivos;
- mercadorias a transportar a temperatura controlada;
- automóveis e motocicletas;
- explosivos.

Art. 3 NOTIFICAÇÃO DE RISCOS - REGISTOS

A notificação dos riscos à Empresa é efetuada através da introdução, pelo Franqueado, dos dados de envio na plataforma tecnológica gerida pela MBE.

Os dados são os seguintes:

- Se o montante segurado for inferior a 4.000,00 euros e apenas nesse caso:
 - Ficha de risco assinada pelo cliente (ver Anexo I);
 - Fotografia digital do objeto (e das fases de acondicionamento) ou da embalagem profissional (clientes da "Empresa"), caso esta já tenha sido preparada, a ser tirada pelo Franqueado.
- Se o montante segurado for igual ou superior a 4.000,00 euros e inferior ou igual a 50.000,00 euros:
 - Ficha de risco assinada pelo cliente (ver Anexo I);
 - Documentação comprovativa do valor (fatura, orçamento, lista de preços, etc.);
 - Fotografia digital do objeto (e das fases de acondicionamento) ou da embalagem profissional (clientes da "Empresa"), caso esta já tenha sido preparada, a ser tirada pelo Franqueado.
- Se o montante seguro for superior a 50.000,00 euros e apenas nesse caso:
 - Questionário específico (ver Anexo II), que deverá enviar-se à Empresa por correio eletrónico para autorização.
- Os envios de **jóias e objetos de valor** estão automaticamente segurados até ao valor de 50.000,00 euros, desde que o Franqueado apresente a seguinte documentação:
 - Declaração de risco assinada pelo cliente;
 - Documentação comprovativa do valor (fatura, orçamento, lista de preços, etc.);
 - Fotografia digital do objeto (e das fases de acondicionamento) ou da embalagem profissional (clientes da "Empresa"), caso esta já tenha sido preparada, a ser tirada pelo Franqueado.

Além disso, qualquer transporte de jóias e objetos de valor superior a 25.000,00 euros deve ser confiado a empresas de transporte equipadas com sistemas de proteção adequados.

O montante dos danos indemnizáveis é calculado após dedução do montante não coberto nos termos do artigo 5º.

- e) Os envios de relógios de luxo estão automaticamente segurados até um valor igual ou inferior a 7.500,00 euros, desde que o franqueado forneça
- Declaração de risco assinada pelo cliente;
 - Prova de valor (fatura, orçamento, lista de preços, etc.);
 - Fotografia digital do objeto (e das fases de acondicionamento) ou do acondicionamento profissional (clientes profissionais), se já estiver preparado, a tirar pelo franqueado.
- f) As remessas de **obras de arte** serão automaticamente seguradas até um valor igual ou inferior a 6.000,00 euros, desde que o franqueado forneça
- Declaração de risco assinada pelo cliente;
 - Prova de valor (fatura, orçamento, lista de preços, etc.);
 - Fotografia digital do objeto (e das fases de acondicionamento) ou da embalagem profissional (clientes profissionais), se já estiver preparada, a tirar pelo franqueado.

Além disso, para todos os transportes de obras de arte cujo valor seja superior a 6.000,00 euros, o montante do dano indemnizável é calculado após dedução da franquia referida no art. 5.

No entanto, os franqueados são obrigados a manter à disposição da Empresa, juntamente com os documentos de transporte, listas, documentos, registos de transporte ou documentos equivalentes. A Empresa tem o direito de inspecionar, através dos seus representantes, em qualquer altura e durante as horas de expediente, toda a documentação relativa ao transporte segurado, bem como quaisquer outros documentos oficiais do Contratante que lhe digam respeito, tais como registos de compras, registos de faturas emitidas, a declaração de IVA, sobre a qual, se solicitado, o Contratante prestará os esclarecimentos necessários.

Art. 4 MEIOS DE TRANSPORTE E LIMITES

A cobertura aplica-se às expedições e transportes abrangidos pela presente apólice que sejam efetuados com os meios de transporte abaixo indicados e pelos montantes máximos seguros que se encontram discriminados junto dos mesmos e que a Empresa garante para cada sinistro ou série de sinistros resultantes de um único incidente.

- € 200.000,00 euros por cada sinistro ou série de sinistros resultantes de um único incidente.
- € 200.000,00 por cada meio de transporte, que é reduzido para
- € 50.000,00 por pacote

Com os seguintes sublimites:

€ 20.000,00	no caso de telemóveis, tablets e respetivos acessórios, por cada meio de transporte
€ 2.000,00	no caso de telemóveis, tablets e acessórios conexos, por cada embalagem
€ 6.000,00	para obras de arte
€ 7.500,00	para relógios de luxo
€ 10.000,00	no caso dos bens em segunda mão, que passa para
€ 20.000,00	para as máquinas em segunda mão
€ 6.000,00	para uma única embalagem armazenada nos centros PUDO
€ 500,00	no caso dos documentos
€ 1.000,00	no caso de recibos, talões e outros documentos comprovativos (a título exemplificativo e não limitativo) pelo valor nominal indicado e seguro.

Fica entendido que estes montantes são garantidos a primeiro risco absoluto.

Fica ainda estipulado que a garantia é aplicável desde que a embalagem seja profissional e tenha sido efetuada pelo Franqueado MBE ou pelos clientes da "Empresa" do Franqueado.

Limitado aos bens adquiridos em leiloeiras que não excedam 1.000,00 euros, entende-se que o valor seguro inclui as comissões aplicadas por estas últimas. No entanto, este acréscimo não pode exceder 30% do valor dos bens vendidos e deve ser comprovado por documentação fiável que indique separadamente o valor das vendas e as comissões aplicadas. No entanto, entende-se que o valor indicado não constitui uma estimativa aceite pelas Seguradoras.

Art. 5 FRANQUIA

Qualquer perda ou dano coberto por esta apólice será indemnizado posteriormente com a aplicação dos seguintes sublimites:

- 25% dos danos causados a obras de arte cujo valor exceda a quantia de 6.000,00 euros.
- 15% dos danos para todas as seguintes mercadorias: Vidro, Cerâmica, Porcelana. Não se aplica em caso de não entrega ou de furto ou roubo;
- 10% do prejuízo indemnizável, com um mínimo de 1.000 euros, para joias e objetos de valor entre 25.000,00 euros (inclusive) e 50.000,00 euros (inclusive). O descoberto aplica-se aos prejuízos resultantes de roubo, furto total ou parcial, manipulação, não entrega, extravio e avarias em geral;

- 25% para os relógios de luxo avaliados em mais de 7.500,00 euros.

Art. 6 Moedas de coleção

Como exceção parcial ao art. 2 ("Bens excluídos"), entende-se que a cobertura se aplica à expedição e transporte de moedas de coleção, mesmo que sejam de metais preciosos.

O limite para este tipo de bens é de **6.000,00 euros** por cada embalagem e por cada meio de transporte.

Os danos ou perdas indemnizáveis são liquidados após dedução de uma franquia fixa de **250,00 euros** por cada sinistro, calculada ou aplicável sobre o montante indemnizável, sem prejuízo da franquia de 25 % prevista para as moedas cujo valor exceda a soma de 6.000,00 euros referido no artigo 5 da presente Secção.

Art. 7 CLÁUSULA DE BAGAGEM

Os envios de bagagem para os quais o Cliente tenha contratado o serviço "MBE SafeValue" estão incluídos na cobertura, com as seguintes condições:

Indemnização de 500,00 euros em caso de falha na entrega ou perda da bagagem, com aceitação expressa pela Empresa da alegada falha na entrega, uma vez decorridos 15 dias após a data de entrega prevista e indicada pela Filial MBE, de acordo com a regulamentação estabelecida.

Prémio tributável

-Omitido-

Art. 8 PUDO

Considera-se incluída na cobertura a armazenagem dos bens seguros em trânsito nos pontos PUDO acima definidos. A cobertura é prestada no âmbito das secções MBe Safe Value e MBE Safe Valaue 4 Business, salvo se for aplicado o limite máximo de **6.000,00 euros por sinistro**.

-Omitido-

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SECÇÃO II - MBE SAFEVALUE 4 BUSINESS

Em caso de divergência com as Condições Gerais da Apólice ou com as Cláusulas impressas anexas ao presente documento, prevalecem as seguintes Condições Especiais.

A cobertura é concedida de acordo com as declarações do Tomador do Seguro, que deve comunicar todas as circunstâncias que possam afetar a avaliação do risco.

PREMISSA

-Omitido-

Procedimentos a seguir em conformidade com a presente secção:

- Autorização prévia de um cliente com base num questionário (ver anexo III), a enviar à GIOVETTI E LISONI S.N.C. Endereço eletrónico: webassistance@agierresrl.it
- Não é necessária qualquer fotografia ou formulário de risco para envios individuais nesta gama; para envios com um valor superior a 6.000,00 euros, será utilizado, sem exceção, o modelo normalizado SAFE VALUE para o procedimento.

Empresas clientes para as quais a cobertura é aplicável:

- Número mínimo de envios mensais exigido: **20**
- Valor mínimo declarado por envio: **100,00 euros**
- Valor máximo declarado: **6.000,00 euros**

Em todos os casos em que o cliente de um centro MBE individual que participa no programa Safe Value 4 Business não atinja o número mínimo de 20 envios por mês durante vários meses consecutivos, pode ser excluído do programa.

Art. 1 BENS SEGURADOS

A presente Secção da Apólice aplica-se a todos os bens para os quais não exista outra cobertura de seguro e para os quais o cliente tenha subscrito o serviço "MBE Safe Value 4 Business", que consiste no seguinte

- recolha e entrega de mercadorias nas instalações do cliente ou em centros MBE (franqueados);
- preparação da embalagem, se a embalagem profissional ainda não tiver sido efetuada;
- garantia;
- expedição.

Art. 2 MERCADORIAS EXCLUÍDAS

Salvo acordo expresso em contrário das partes antes do início do transporte, estão excluídas as seguintes mercadorias:

- moedas e selos de curso legal;
- jóias, objetos de valor e obras de arte;
- plantas e animais vivos;
- vidro, cerâmica, porcelana (apenas para clientes ativados a partir de 1 de fevereiro de 2024)
- mercadorias a serem transportadas a uma temperatura controlada;
- automóveis e motocicletas;
- explosivo
- vidro, cerâmica, porcelana (apenas para novos clientes a partir de 1 de fevereiro de 2024)

Art. 3 MEIOS DE TRANSPORTE E LIMITES

A cobertura aplica-se às expedições e transportes cobertos pela presente apólice que sejam efetuados com os meios de transporte abaixo indicados e pelos montantes máximos segurados que se encontram discriminados ao lado e que a Sociedade garante para cada sinistro ou série de sinistros resultantes de um único incidente.

€. 6.000,00 por cada ação ou série de ações intentadas na sequência de um único incidente.

€. 6.000,00 por cada meio de transporte e por cada embalagem

Fica estabelecido que estes montantes são garantidos em primeiro risco absoluto.

Fica igualmente estabelecido que a cobertura será aplicável desde que o acondicionamento seja profissional e, portanto, tenha sido efetuado pelo Franqueado MBE ou pelos clientes da "Empresa" do Franqueado.

Art. 4 FRANQUIA

Qualquer perda ou dano indemnizável ao abrigo da presente apólice será liquidado após aplicação das franquias (percentuais ou fixas) abaixo indicadas para cada sinistro, calculadas sobre o montante reembolsável ou que lhe seja aplicável.

Para envios de valor superior a **100,00 euros** (inclusive) e inferior a **6.000,00 euros** (inclusive):

Franquia: 50,00 euros para envios de valor superior a 100,00 euros e inferior a 500,00 euros.

Franquia: 100,00 euros para envios de valor superior a 500,00 euros e inferior a 6.000,00 euros.

Sublimite: 15% dos danos para todos os bens seguintes: Vidro, Cerâmica, Porcelana com franquias mínimas iguais às franquias acima. Não se aplica em caso de não entrega, furto ou roubo.

Art. 5 PUDO

Considera-se incluído na cobertura o armazenamento dos bens seguros em trânsito nos pontos PUDO acima definidos. A cobertura é prestada no âmbito das secções MBe Safe Value e MBE Safe Valaue 4 Business, exceto se for aplicado o limite máximo de **6.000,00 euros por sinistro**.

-Omitido-

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SECÇÃO III - MBE SAFEVALUE ART

Art. 1 OBJECTO DA COBERTURA

O presente seguro destina-se a cobrir a atividade do Tomador do Seguro e dos seus Franqueados (ou seja, o Segurado), que consiste no seguinte:

- a recolha, por cada um dos centros de recolha dos Franqueados, dos bens a segurar, sem embalagem, tal como foram entregues pelos Clientes;
- a preparação de embalagens especiais e adequadas, de acordo com as características dos bens a segurar, efetuada profissionalmente pelo Segurado;
- o envio das mercadorias embaladas pertencentes ao Cliente individual do Segurado.

A cobertura produzirá efeitos a partir do momento em que os bens seguros forem recolhidos junto do Cliente e manuseados pelo Franqueado; durante o seu armazenamento no mesmo (por um período máximo de 48 horas a partir do momento da entrega), de acordo com o art. 12 "Armazenamento nas Instalações dos Franqueados" das Condições Especiais, e no decurso do trânsito normal dos referidos bens até à sua entrega ao destinatário final.

Nos casos em que, por razões não imputáveis à atividade do Tomador do Seguro/Segurado, não seja possível respeitar o prazo de 48 horas acima indicado, a cobertura mantém-se, mas com um limite de 25.000,00 euros por pacote e 100.000,00 euros no total por centro MBE e por evento.

Apenas no caso dos Clientes "Empresas", fica acordado que a cobertura também se aplica quando são estes, e não o Segurado, a efetuar o acondicionamento, desde que o façam de forma profissional. Para a categoria de Clientes acima referida, a cobertura estende-se igualmente às deslocações a efetuar entre a recolha da mercadoria nas instalações do Cliente e as instalações do Franqueado.

Art. 2 EXCLUSÕES

Estão excluídas as reclamações resultantes das seguintes causas:

- a) dolo e/ou negligência grave do Tomador do seguro; se o Tomador do seguro não for uma pessoa singular, são tidos em conta o dolo e/ou a negligência grave dos seus representantes legais, administradores, responsáveis com poder de decisão e trabalhadores;
- b) roubo com destreza;
- c) defeito ou vício intrínseco, deterioração e danos pré-existentes nos bens segurados; fissuras anteriores e consequente perda de cor;
- d) defeito, dano ou inadequação da embalagem, se não tiver sido efetuada pelo Tomador do Seguro e sem prejuízo do disposto no artigo "Embalagem aceite";
- e) influência da temperatura, da humidade e do clima em geral, a menos que resulte de uma avaria e/ou de uma desconexão do sistema de ar condicionado;
- f) atraso, mesmo que seja o resultado de um sinistro coberto pelo seguro;
- g) contrabando ou comércio, atividade ou tráfico ilegal.

Art. 3 BENS SEGURADOS

A presente Apólice cobre o transporte e expedição de bens no domínio das "Belas Artes" relacionados com a atividade do Tomador do Seguro, acima descritos, e de valor igual ou superior a 1.000,00 euros, incluindo, a título exemplificativo, os seguintes:

- bens provenientes de leilões;
- objetos feitos de materiais valiosos;
- objetos de valor artístico;
- antiguidades (incluindo notas e moedas);
- objetos de coleção (incluindo notas e moedas).

Art. 4 REEMBOLSO DO FRETE AÉREO

Em caso de perda ou de avaria dos bens cobertos pela presente Apólice, a Seguradora reembolsará as despesas suplementares de transporte aéreo efetuadas para a substituição ou reparação dos bens segurados e/ou para o envio de peças sobressalentes, mesmo que os bens não tenham sido inicialmente enviados por via aérea. O disposto no parágrafo anterior aplica-se igualmente em caso de incumprimento geral, quando devam respeitar-se prazos de entrega pré-estabelecidos.

O limite máximo para o disposto na presente cláusula não pode exceder o montante de 15.000,00 euros por cada reclamação e/ou série de reclamações resultantes do mesmo incidente e por cada ano de seguro.

Art. 5 BENS EXCLUÍDOS

Estão expressamente excluídos da cobertura do presente seguro os seguintes bens: valores mobiliários, moedas (exceto no caso previsto no art. 3), documentos, objetos de valor sentimental, bens de uso doméstico e objetos usados, explosivos, animais vivos, bens danificados e/ou deteriorados, bem como - salvo acordo em contrário no contrato - bens perecíveis ou objetos que devam ser transportados a uma temperatura controlada, telemóveis e tablets.

São considerados seguráveis os bens pertencentes aos trabalhadores do Tomador do Seguro e outros sujeitos a quem se aplique a cobertura da Apólice, desde que sejam respeitadas as mesmas condições (formais e operacionais) que para os bens pertencentes a terceiros.

Art. 6 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE SEGURO

Durante o transporte, a cobertura está sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- que o transporte terrestre de valores segurados inferiores a **25.000,00 euros** seja confiado única e exclusivamente a correios que tenham celebrado acordos e/ou convénios com o franqueador;
- que apenas os camiões adequadamente equipados sejam utilizados no transporte rodoviário, com vigilância ininterrupta, incluindo durante as paragens;
- a utilização de vagões fechados no transporte ferroviário;
- que, durante as expedições por mar com ferrys Ro-Ro, as mercadorias permanecem nos camiões;
- que, no transporte marítimo, as mercadorias são acondicionadas em contentores ou colocadas abaixo do convés;
- que, durante o transporte através de lagos ou lagoas, sejam utilizados meios de transporte específicos com vigilância ininterrupta, incluindo durante as paragens;
- que as informações necessárias para identificar o tipo de mercadorias transportadas e as suas particularidades sejam especificadas no transporte aéreo aquando do preenchimento do documento de transporte;
- que durante o transporte, em que as mercadorias estão à guarda do transportador de encomendas, as mercadorias permaneçam em compartimentos fechados, com o sistema de alarme ativado ou sob vigilância ininterrupta.

Art. 7 LIMITES DE SEGURO

Os montantes máximos garantidos pela Seguradora para cada reclamação ou série de reclamações resultantes de um mesmo sinistro são os seguintes:

- € 200.000,00 euros por cada navio;
- € 200.000,00 por cada ferry e/ou navio ro-ro (ferry Ro-Ro);
- € 200.000,00 por cada barça de navegação fluvial;
- € 200.000,00 euros por cada navio de armazenamento normal durante o trânsito;
- € 200.000,00 euros por cada vagão ferroviário e/ou comboio;
- € 200.000,00 euros por cada aeronave;
- € 200.000,00 por cada camião, camioneta, camião articulado e carrinha propriedade de terceiros; por cada camião, camioneta, camião articulado e carrinha propriedade do Tomador do Seguro;
- € 15.000,00 euros para despesas relacionadas com "custos de remoção e/ou destruição".

Até aos limites e sublimites acima acordados, a SafeValue Art cobre estes montantes a primeiro risco absoluto.

No caso de o Tomador do Seguro necessitar de segurar montantes superiores aos limites acima referidos, deverá comunicar o facto à Seguradora antes do início da viagem e obter a respetiva autorização escrita. Qualquer excesso ao limite será coberto através do formulário "Valor Total".

Para os transportes terrestres de valor igual ou superior a **25.000,00 euros**, a cobertura do seguro será eficaz desde que sejam aplicadas as medidas preventivas previstas no artigo "**GARANTIAS**".

Art. 8 FRANQUIA

Todas as perdas ou danos indemnizáveis ao abrigo do presente apólice serão liquidados após a aplicação das seguintes franquias:

- 10% do valor indemnizável - com um mínimo de 1.000,00 euros - para os danos e prejuízos decorrentes de roubo total, roubo com intimidação, roubo parcial, não entrega, adulteração, extravio e insuficiência geral, relativamente a envios de mercadorias de valor igual ou superior a 10.000,00 euros;

- uma franquia fixa de 1.000,00 euros por reclamação para todos os outros sinistros relativos a expedições de mercadorias de valor igual ou superior a 10.000,00 euros;
- Com descoberto de 15% do montante elegível para o vidro, a cerâmica e a porcelana. Não aplicável em caso de entrega, furto ou roubo;
- 20% do montante indemnizável, no caso de não terem sido aplicadas as medidas de prevenção de perdas previstas no artigo "**GARANTIAS**";
- 20% do montante indemnizável, com um mínimo de 1.000,00 euros, durante o armazenamento nas instalações do franqueado, no caso de o sistema de alarme não ser eficaz e/ou não funcionar.

Art. 9 NOTIFICAÇÃO DE RISCOS

O Tomador do Seguro e/ou as Empresas do Grupo indicadas no texto da Apólice e/ou os seus franqueados não são obrigados a comunicar previamente os envios segurados.

Em todo o caso, os franqueados são obrigados a manter à disposição da Seguradora uma cópia digital da "Carta de Risco" (ver Anexo IV) relativa a cada um dos envios de bens abrangidos pela presente cobertura, completa e devidamente preenchida.

Limitado aos relógios de luxo de valor superior a 7.500,00 euros, o franqueado é obrigado a preencher a "Ficha de Risco" (Ver Anexo IV) e enviá-la para o serviço de Assistência Web (safevalueart@agierresrl.it), fornecendo todas as informações solicitadas na secção especificamente dedicada, obtendo a autorização que receberá por correio eletrónico antes de proceder ao envio.

Art. 10 REGULAMENTAÇÃO DO RISCO DE ROUBO PARA OS TRANSPORTES COM VEÍCULOS (exceto automóveis) PROPRIEDADE DO TOMADOR DO SEGURO E POR ELE UTILIZADOS (incluindo os que pertencem a "proprietários" que trabalham exclusivamente para o tomador do seguro)

ROUBO TOTAL (roubo subsequente ao roubo do veículo completo)

A Seguradora responde por qualquer roubo de bens resultante do roubo de um veículo ou de um camião completo, reboque ou semirreboque - em qualquer paragem ou escala efetuada durante o trânsito, quando o condutor tenha deixado o veículo sem vigilância por qualquer motivo, mesmo que temporário - desde que se verifiquem as seguintes condições

- a) O camião, a unidade de tração, o reboque ou o semirreboque, quando desacoplados, estão equipados com um dispositivo antirroubo adequado, certificado por uma organização acreditada em conformidade com as normas comunitárias (EN 45000), corretamente instalado e ativado. Os dispositivos antirroubo dos veículos a motor e dos camiões devem satisfazer as prescrições da Diretiva 95/56/CE e/ou do primeiro, segundo ou terceiro nível da norma CEI 79/17 e/ou das regulamentações técnicas em vigor em qualquer outro país da União Europeia que transponha a Diretiva 95/56/CE.

Os dispositivos antirroubo para reboques e semirreboques devem cumprir os requisitos do primeiro, segundo ou terceiro nível da norma CEI 79/51. Caso tenha sido instalado um dispositivo antirroubo que cumpra os requisitos do segundo ou terceiro nível das normas CEI 79/17 ou CEI 79/51 e a sua instalação seja inequivocamente comprovada, não se aplica a isenção percentual prevista no formulário intitulado "Limites de indemnização e isenções".

ou

- b) Que os veículos a motor estejam sob supervisão ininterrupta, sendo a supervisão efetuada visualmente e com a presença constante do condutor (ou ajudante ou outro pessoal de acompanhamento) na proximidade imediata do veículo.

ou

- c) Os veículos estejam estacionados em locais sob a vigilância permanente de entidades e/ou pessoas que emitam um recibo válido para a guarda do veículo, ou em parques de estacionamento, zonas portuárias ou aeroportuárias que estejam equipados com vedações de segurança válidas e cujos portões estejam sob controlo ou permaneçam fechados por meios adequados.

Para além disso, é essencial que todas as janelas e portas do veículo permaneçam fechadas.

Fica entendido que, se no caso de uma Reclamação pela qual é paga uma indemnização, as Condições acima não forem cumpridas, as Seguradoras pagarão ainda assim a indemnização devida de acordo com as condições da Apólice, mas a percentagem de excesso especificada no formulário intitulado "Limites de Indemnização e Excessos" será aplicada ao montante dessa indemnização.

ROUBO PARCIAL (roubo não subsequente ao roubo da totalidade do veículo)

A Seguradora é responsável pelos danos decorrentes do roubo parcial e/ou do roubo de embalagens inteiras. É condição essencial que, se durante as paragens efetuadas em trânsito, o condutor tiver de deixar o veículo sem vigilância por qualquer razão, mesmo que momentânea, todas as janelas e portas do veículo permaneçam fechadas.

Os danos são indemnizáveis se o veículo apresentar sinais evidentes de arrombamento e/ou de manipulação dos dispositivos de bloqueio.

Art. 11 GARANTIAS

No caso de transportes terrestres de montante igual ou superior a **25.000,00 euros**, a cobertura será eficaz desde que:

- um sistema de localização por satélite antirroubo/antifurto, em conformidade com a norma CEI 79/28 e ligado a uma empresa líder, foi corretamente instalado e posto a funcionar nos camiões utilizados para o transporte, durante todo o percurso e nas paragens, com as mercadorias a bordo do veículo vigiado à distância;

ou

- a viagem seja efetuada com a presença de dois condutores, desde que um dos dois condutores permaneça a bordo do veículo em todas as paragens durante a viagem, seja qual for o motivo.

Em qualquer caso, é condição essencial para a eficácia da cobertura que o transporte seja confiado a correios, transportadores, operadores e/ou transitários especializados, dotados de sistemas de proteção adequados ao tipo de bens segurados.

No caso de as medidas preventivas acima mencionadas não terem sido aplicadas, a cobertura continuará a ser considerada eficaz, mas a indemnização por eventuais danos será efetuada após dedução da franquia indicada na apólice.

Art. 12 ARMAZENAMENTO NAS INSTALAÇÕES DOS FRANQUEADOS

A Seguradora compromete-se a indemnizar os danos materiais e diretos sofridos pelos bens seguros em consequência de qualquer acontecimento acidental não expressamente excluído, desde que esses bens se encontrem exclusivamente no interior das instalações dos Franqueados.

Os riscos de ROUBO, ROUBO COM VIOLÊNCIA e EXTORSÃO estão cobertos nas seguintes condições:

I) Roubo de objetos seguros

No que respeita aos danos materiais e diretos decorrentes do roubo dos bens seguros, são requisitos essenciais os seguintes:

- A. os bens cobertos pela apólice estavam armazenados em locais protegidos por portas e/ou janelas equipadas com fechaduras;
- B. que o autor do roubo tenha acedido às instalações onde se encontravam os objetos segurados:**
 1. ultrapassando a sua proteção externa através de arrombamento ou de acesso não autorizado, ou utilizando chaves falsas, picaretas ou ferramentas semelhantes (a utilização de uma chave verdadeira, mesmo para fins fraudulentos, não é equivalente à utilização de chaves falsas);
 2. por um acesso diferente do habitual, que exija a superação de obstáculos ou proteções através da utilização de meios artificiais ou de uma agilidade pessoal especial;
 3. clandestinamente, desde que o roubo dos bens tenha sido efetuado em locais que se encontravam fechados à chave.

II) Roubo com intimidação também iniciado a partir do estrangeiro / Extorsão

O seguro cobre igualmente

- C. roubo com violência (roubo de objetos através do uso de violência ou de ameaças contra a pessoa) que ocorra nas instalações do Tomador do seguro e/ou das Empresas do Grupo indicadas nos documentos da apólice e/ou dos seus franqueados, mesmo que as pessoas contra as quais foi usada violência ou foram feitas ameaças tenham sido obrigadas a entrar nas instalações a partir do exterior.
- D. os casos em que o Segurado e/ou os seus trabalhadores tenham sido obrigados a entregar os bens seguros sob ameaça ou violência, exercida sobre o Segurado e/ou os seus trabalhadores, bem como sobre outras pessoas.

Exclusões:

- Danos indiretos em geral e, em especial, os resultantes da perda de utilização e/ou de lucros cessantes, atrasos e perdas de lucros;
- as diferenças de inventário ou, em qualquer caso, as insuficiências ou faltas não imputáveis a um facto ilícito específico;
- roubo (com perícia);
- armazenamento de bens em céu aberto;
- processos de fabrico em geral;
- defeito próprio e/ou vício intrínseco do bem, intolerância às variações de temperatura, combustão espontânea, fermentação, deterioração natural, refrigeração ou climatização insuficiente ou inexistente;
- atos ou omissões do Tomador do Seguro ou do Segurado, com dolo ou negligência, e com conhecimento de que são suscetíveis de causar danos. Se o Tomador do Seguro ou o Segurado não forem pessoas singulares, serão tidos em conta os atos ou omissões dos seus representantes legais, administradores e responsáveis com poder de decisão sobre os serviços de transporte e/ou seguro;
- inadequação das instalações para armazenar os bens segurados;
- contrabando e comércio, atividade ou tráfico ilegais;
- guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição, revolta resultante das situações acima referidas, atos hostis cometidos por ou contra uma potência beligerante;
- captura, apreensão, prisão, restrição, limitação ou impedimento do comércio ou das suas consequências, ou tentativa de o fazer;
- armas de guerra, tais como minas, mísseis, torpedos ou bombas abandonadas, ou atos cometidos por terroristas ou indivíduos que atuam por motivos políticos não declarados;
- fenómenos atmosféricos: inundações e sismos.

Art. 13 CLÁUSULA DO SISTEMA DE ALARME

O Tomador do Seguro declara - e a sua declaração é considerada indispensável para a validade do contrato - que todas as aberturas para o exterior (portas, janelas, etc.) do local onde se encontram os bens seguros estão protegidas por um sistema de alarme em perfeito estado.

O Tomador do Seguro compromete-se a ativar o sistema de alarme sempre que não haja atividade no local. Se este sistema for ineficaz e/ou não funcionar, em caso de reclamação, a Seguradora aplicará as franquias indicadas na secção "Franquias" da apólice.

Art. 14 VALOR SEGURADO

Sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais do Seguro, para efeitos de determinação do prémio e da liquidação da indemnização por danos, o valor segurado é o indicado pelo Cliente no preenchimento do questionário pré-embarque. Este valor não deve ser considerado como uma estimativa vinculativa para as Seguradoras.

Fica acordado que o valor seguro inclui igualmente as despesas efetuadas pelo Cliente com a embalagem e o transporte dos bens seguros, cuja prova deve ser apresentada para efeitos de reparação dos danos.

No caso de bens adquiridos pelas Casas de Leilões, entende-se que o valor seguro inclui as comissões aplicadas pelas mesmas. Em qualquer caso, o referido acréscimo não poderá exceder 30% do valor dos bens vendidos, devendo para o efeito ser apresentada documentação que indique separadamente o valor de venda e as comissões aplicadas. Não obstante, o valor indicado não será considerado uma estimativa vinculativa para as Seguradoras

Art. 15 DETERMINAÇÃO DO DANO

O dano consiste na diferença entre o valor segurável dos bens antes do sinistro e o valor dos bens tendo em conta o seu estado após o sinistro.

Este último valor, se os bens forem vendidos com o consentimento da Seguradora, é o montante líquido obtido com a venda.

Em caso de danos parciais nos bens seguros, a Seguradora assume as despesas de restauração, reparação ou substituição da peça danificada, sendo igualmente responsável pela depreciação da perda de valor sofrida até um máximo de 50% do valor seguro.

Em caso de danos que afetem um objeto individual que faça parte de uma única "obra" ou de uma "série" ou "coleção", a Seguradora apenas indemnizará o valor do objeto danificado ou dos danos parciais que este tenha sofrido, de acordo com o disposto no número anterior. Consequentemente, fica excluída dessa indemnização a depreciação sofrida pelo conjunto da referida "obra", "série" ou "coleção" em consequência do dano sofrido pelo objeto individual que a integra.

A presente versão portuguesa é uma tradução de extratos da versão italiana da apólice.

Em caso de discrepância entre as versões italiana e portuguesa, a versão italiana prevalece e é considerada o único documento juridicamente vinculativo.